

Minuta

**Plano de Trabalho do Município
Iapu/MG para a execução do Plano
Municipal de Reparação em
Proteção Social**

Sumário

1 INTRODUÇÃO	3
2 GESTÃO	5
3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO.....	7
4 PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL.....	8
4.1 Objetivos do Plano Municipal de Reparação em Proteção Social	8
5 PLANO DE TRABALHO	10
5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social.....	10
5.1.1 Atividade 1 – Capacitação Profissional.....	10
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13
7 INDICADORES	14

MINUTA DE PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL DE IAPU/MG

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho foi elaborado em conjunto, Fundação Renova e o Gestor Municipal de Assistência Social do município de Iapu, para atendimento das 02 (duas) famílias vulneráveis impactadas, sendo as principais comunidades impactadas São Sebastião da Barra e Ilha em função do rompimento da barragem Fundão/MG.

Este instrumento deve estar em consonância com as prerrogativas do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e os parâmetros estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Este Plano de Trabalho possui os seguintes objetivos:

- Determinar as suas áreas de atuação e as metas quantitativas a serem atingidas;
- Estabelecer indicadores de desempenho a serem monitorados para acompanhamento e avaliação da efetividade do acordo celebrado entre as partes;
- Definir estratégias de atuação da Fundação Renova no apoio às especificidades no atendimento da Proteção Social Básica e Especial da Assistência Social local a fim de mitigar os impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão/MG;
- Estabelecer atuação integrada e coordenada para responder às demandas referente à Política Pública de Assistência Social da população impactada;
- Permitir e estimular, por meio da atuação integrada, a interlocução com órgãos intersetoriais para garantir respostas assertivas, eficientes e eficazes;

- Fomentar processos, protocolos e procedimentos no âmbito do SUAS, para atender demandas das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.

2 GESTÃO

O Plano de Trabalho em questão possui como diretrizes a reparação integrada e a articulação com as Políticas Públicas já existentes, ou seja, os integrantes da Rede Socioassistencial local devem ser envolvidos na execução das atividades. Por essa razão, este Plano pretende contribuir com a complementação/otimização das ações de acompanhamento socioassistencial já desenvolvidas pelo município de Iapu com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.

Portanto, a atuação da Fundação Renova no município de Iapu, de acordo como TTAC, para o atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis, está relacionada ao Programa de Proteção Social que adota a estratégia de atuar no apoio ao fortalecimento dos serviços públicos essenciais e na execução de ações socioassistenciais para as famílias e indivíduos vulneráveis e nas comunidades impactadas, sendo que as referidas ações devem estar de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993); Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012 (institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC); e do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n.2, de 06 de dezembro de 2012).

É fundamental que o município de Iapu implemente e aperfeiçoe ferramentas de controle que contemplem indicadores quantitativos para o monitoramento dos processos e das atividades desenvolvidas com a população vulnerável atingida. Isso permitirá que o trabalho e os resultados sejam constantemente avaliados e os problemas mitigados em tempo hábil.

É muito importante que os processos a serem implementados para a ação prevista neste Plano não comprometa o fluxo de trabalho, mas que

viabilize alcançar os objetivos no atendimento do público-alvo e contribuir com a melhoria das suas condições de vida.

Ademais, pensando em um cenário macro, articulado e de continuidade na oferta de serviços e ações nas comunidades impactadas, o Plano de Trabalho e o Termo, a serem assinados, poderão ser informados ao Conselho Municipal de Assistência Social e a ação prevista neste plano deverá compor o Plano Municipal de Assistência Social.

Além dos processos de gestão implementados pelo município para o acompanhamento, controle e avaliação de seus serviços, o Gestor Municipal de Assistência Social deverá alimentar, sistemática e rotineiramente, a Fundação Renova por meio do Programa de Proteção Social com informações quantitativas dos serviços prestados no atendimento das famílias e indivíduos atingidos pelo rompimento da Barragem.

O município deverá produzir relatórios trimestrais e enviá-los à Fundação Renova apontando as atividades desenvolvidas pelos equipamentos públicos de Assistência Social, sobretudo os serviços do CRAS e CREAS, para garantia da transparência e monitoramento/acompanhamento dos resultados.

As metas e os indicadores serão estabelecidos para a avaliação das ações compartilhadas entre o Gestor Municipal e Fundação Renova para o atendimento da população atingida.

Vale ressaltar que este Plano de Trabalho é parte integrante do instrumento jurídico que deverá ser assinado entre as partes envolvidas.

3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO¹

O SUAS no município de Iapu está organizado de acordo com os seguintes tipos de proteção²:

a) Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O acolhimento das demandas neste tipo de proteção social ocorre no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL. MDS. PNAS, 2005).

b) Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivos a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. Este tipo de proteção social se divide em média complexidade, que possui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como principal equipamento público, e alta complexidade (BRASIL. MDS. PNAS, 2005).

A organização da oferta de serviços socioassistenciais é responsabilidade do Poder Público, por meio dos órgãos gestores da Política Pública de Assistência Social nos municípios e nos Estados, quando se tratar da oferta de serviços regionalizados, e deverá atender a quem dela necessitar.

O Município de Iapu é composto por 01 equipamento de CRAS, 03 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 01 Equipe de Referência da Proteção Social Especial, sendo esta composta por um psicólogo e um assistente social.

¹ Objeto deste Plano de Trabalho.

² Conforme estipulado pela LOAS, PNAS e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2018)

4 PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL

O Programa de Proteção Social, da Fundação Renova, está alinhado aos conceitos e diretrizes da Política Pública de Assistência Social. Entretanto, diferencia-se das atribuições do Poder Público, por ter a responsabilidade na reparação, mitigação dos danos causados às famílias, principalmente as vulneráveis em função do rompimento da barragem. Conforme descrito na cláusula 56 do TTAC, excluindo o que for de capacidade do Poder Público, o Programa irá apoiar a adoção de protocolos de atendimento às famílias identificadas em situação de vulnerabilidade em decorrência do Evento.

Deste modo, as ações aqui destacadas são estratégia de reparação que foram definidas conforme o levantamento dos impactos identificados nestas comunidades e serão desenvolvidas pelas equipes técnicas municipais de Assistência Social do município de Alpercata de acordo com o disposto no SUAS, em parceria com os órgãos estaduais e federais, e com o apoio da Fundação Renova, ressalvadas as competências das partes envolvidas.

4.1 Objetivos do Plano Municipal de Reparação em Proteção Social

- Definir territorialmente como será realizado os atendimentos das famílias e ou indivíduos vulneráveis das comunidades impactadas pelo rompimento;
- Identificar os possíveis agravamentos de vulnerabilidades nas famílias e/ou indivíduos vulneráveis, primeiramente por levantamento das percepções do grupo técnico e gestores municipais e Estaduais de Assistência Social relacionadas ao rompimento da barragem;
- Definir estratégias de reparação em Proteção Social para este público vulnerável;
- Definições claras das responsabilidades da Fundação Renova e do Poder Público no processo de reparação das famílias e/ou indivíduos vulneráveis;

- Garantir a integração e a priorização no atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis na rota de reparação e pelos demais Programas da Fundação Renova.

5 PLANO DE TRABALHO

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.1 Atividade 1 – Capacitação Profissional

Introdução

O escopo do Programa de Proteção Social prevê, como um dos seus eixos de atuação, o Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social e, entre as ações previstas, constam aquelas de apoio à capacitação e supervisão técnica das equipes de Proteção Social municipais e estaduais. Essas ações são consideradas fundamentais para aprimorar os profissionais no atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados pelo rompimento da barragem.

A oferta de serviços socioassistenciais em situações de crise e emergência permite aos operadores da Política Pública de Assistência Social rever seus processos e fluxos de trabalho, principalmente na organização e análise dos dados produzidos no período emergencial. Para garantir celeridade e qualidade na oferta de tais serviços, o Programa de Proteção Social propõe a realização de capacitações para as equipes técnicas municipais que irão operacionalizar este Plano de Trabalho nos seguintes eixos:

- Capacitação para gestores e técnicos: *"Oferta de serviços socioassistenciais e acompanhamento familiar em situações de crise e emergência"*, conforme a metodologia do capacita/SUAS;
- Capacitação para gestores e técnicos: *"Implementação da vigilância socioassistencial para o monitoramento e avaliação dos serviços"*, conforme a metodologia do capacita/SUAS;
- Oficinas por polos, com as equipes de Proteção Social locais com o objetivo discutir e desenvolver estratégias para o aprimoramento das ações nas comunidades impactadas (assessoria de apoio aos municípios conforme sua realidade no SUAS).

Objetivos

- Proporcionar aos profissionais envolvidos na execução deste Plano, capacitações com temas sobre atendimento de famílias e indivíduos em situação emergencial em caso de desastres;
- Compreender melhor os possíveis agravamentos de vulnerabilidades ocorridos nos núcleos familiares e/ou indivíduos após o rompimento da barragem;
- Aprimoramento das equipes técnicas locais no atendimento de famílias e/ou indivíduos impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Justificativa (Por quê?)

O SUAS é um sistema recente dentro do cenário da Políticas Públicas brasileira, com pouco histórico de atuação em desastre da dimensão como foi o rompimento da Barragem Fundão/MG. Na sua implementação, em todo território nacional, os gestores municipais enfrentam grandes desafios no trabalho social com as famílias e na oferta dos serviços socioassistenciais. No contexto dos territórios impactados pelo rompimento da barragem, estes desafios são ainda maiores, o que exige muita compreensão e conhecimento da atribuição pública na Proteção Social brasileira e o processo de reparação previsto no TTAC por meio de um Programa.

Diante desse cenário, faz-se necessário a capacitação de todos envolvidos no processo de reparação, em especial das equipes técnicas locais para a realização do trabalho social com famílias e indivíduos vulneráveis impactados, tendo como pressuposto a celeridade e a qualificação no atendimento de demandas deste público e ao mesmo tempo distinguir as especificidades dos atendimentos em cada território impactado.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 1 – CAPACITAÇÃO		
Participação das equipes técnicas municipais de Assistência Social em oficinas de capacitação com abordagem de temas para enfrentamento da situação de desastre com perspectiva interdisciplinar.		
PARA QUÊ?		
Qualificação do trabalho das equipes técnicas municipais para realização do trabalho social com as famílias e indivíduos no contexto de situação de desastre.		
O QUE?		
Participar de oficinas de capacitação regionais cujo tema é importante para o desenvolvimento do trabalho social com famílias das comunidades impactadas.		
QUANDO?		
Segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020.		
QUEM?		
Equipes técnicas do CRAS, Equipes de Referência da Proteção Social Especial e da Gestão do município Iapu.		
COMO?		
As Oficinas e capacitações serão regionalizadas, desenvolvidas e executadas por consultoria contratada pela Fundação Renova, sendo a mesma, responsável por identificar a estrutura física, logística e os especialistas com capacidade técnica para realização dos encontros. Serão disponibilizadas 06 vagas para município Iapu, que é o responsável pelo deslocamento, hospedagem, quando necessário, e alimentação dos participantes.		
ONDE?		
A ser definido.		
RECURSOS NECESSÁRIOS?		
Humanos: Consultoria especializada Logístico: local, lanche, material didático, som, Datashow e etc.		
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?		
Disponibilização dos técnicos e custeio de alimentação, deslocamento e hospedagem dos participantes, quando necessário.		
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?		
Organização logística do evento, contratação dos palestrantes e material necessário para o desenvolvimento das atividades.		
METAS?		
Pelo menos um profissional da Gestão local da Assistência Social do município capacitado. Pelo menos um profissional capacitado de cada equipamento público da Assistência Social do município. Ou seja, 6 (seis) vagas.		
PRAZO DE VIGÊNCIA?		
Até maio de 2020.		
CRONOGRAMA – ATIVIDADE CAPACITAÇÃO		
Ação – Capacitação	Período de Execução	Unidade
Oficina 1	Segundo Semestre /19	01
Oficina 2	Segundo Semestre /20	01

Iapu, ____ de ____ de 2019.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. 23.

BRASIL. **Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

BRASIL. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 93**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 03 de jul. 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. LOAS. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

7 INDICADORES

Os indicadores estão em fase de elaboração.